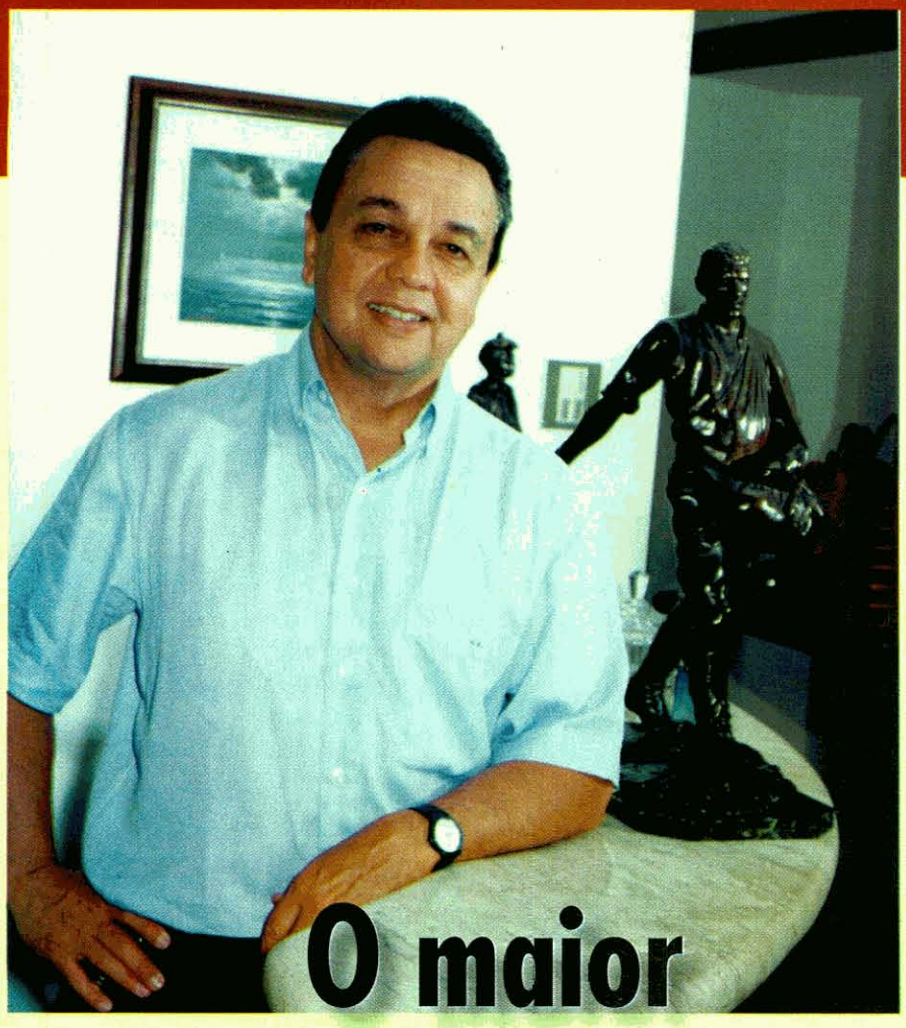


Abre Aspas: Roberto Rodrigues

POR BRUNO BLECHER

O maior *negócio do país*

O presidente da Abag e colunista de AGROANALYSIS *Roberto Rodrigues está mais uma vez às voltas com os preparativos de um grande acontecimento no mundo rural: o Congresso Brasileiro de Agribusiness, que acontecerá em São Paulo, em junho próximo. Para ele, nada de novo. Não é de hoje, Roberto vem sendo reconhecido como o autor das mais brilhantes idéias em prol da produtividade dos ruralistas brasileiros. Já em 1984, ele se destacava como um dos principais articuladores do I Contag, o grande congresso de economia agrícola patrocinado pela Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), que estabeleceu a meta de produção de 100 milhões de toneladas de grãos e definiu as principais linhas do diagnóstico que, anos depois, viria a influenciar a reforma da política agrícola brasileira. Neste Abre Aspas, encontramos um Roberto, como sempre, otimista. Segundo ele, num prazo máximo de três, quatro anos o agribusiness brasileiro vai dar seu grande salto. "Somos o maior negócio do país, 25% do valor da produção brasileira, 40% das exportações", comemora com os olhos cheios de entusiasmo.*

A Abag realizará este ano o I Congresso Brasileiro de Agribusiness, tentando reeditar o congresso de 1984, onde foi estabelecida a meta dos 100 milhões de toneladas de grãos. Qual será a bandeira do congresso de 2002?

— Acho interessante a gente começar pelo congresso de 1984, quando se falou pela primeira vez em 100 milhões de toneladas. Agora o tema é o Plano Estratégico para o Agribusiness Brasileiro até 2010. Em 1984, um grupo de estudiosos do agribusiness – o mesmo que hoje prepara os documentos técnicos do congresso – produziu um estudo que embasou a meta dos 100 milhões de toneladas. A idéia era exatamente estabelecer um horizonte para 100 milhões de toneladas. E tínhamos a pretensão de chegar a essa meta em 1995. Levamos sete anos mais. Lógico que houve uma porção de tropeços no meio do caminho, os planos econômicos, o impacto negativo do Plano Collor. Mas foi importante ter feito aquele estudo, porque ficou claro para todos nós que havia uma chance imensa de crescer. O estudo mostrou o potencial brasileiro. E ficou claro também naquela época que era preciso conhecer um pouco mais o resto do mundo. Nós éramos um país fechado ao mundo, com uma inflação altíssima e um governo altamente intervencionista. No final dos anos 80, o governo perdeu a capacidade de intervir e as políticas públicas faliram todas. A inflação chegou na lua; vieram os planos econômicos. O Plano Collor acrescentou a tudo isso uma abertura comercial não planejada, para dizer pouco.

A agricultura levou um choque de uma hora para outra, mas conseguiu sobreviver...

— É, ela foi submetida a uma tríplice colisão: estabilização, falência das políticas públicas e abertura comercial. A crise foi brutal e destruiu a renda no campo, levando a uma enorme exclusão social. Mas também exigiu a modernização do agronegócio. Não tínhamos conhecimento das verdadeiras forças que se moviam na direção da oferta e procura de alimentos. Essa é a grande diferença de hoje em relação àquele tempo. A globalização e o liberalismo mudaram completamente o conceito. Hoje você não pode planejar nada sem saber o que os americanos vão produzir, o que os argentinos vão produzir, o que a Europa vai produzir, o que o Japão está fazendo, as demandas e tudo mais. É óbvio que o sucesso da atividade produtiva rural depende também das políticas públicas. É uma estupidez dizer que não se precisa de governo, porque os mercados agrícolas são vigorosamente conspurcados por ações dos governos nos outros países. Não são de políticas públicas setoriais que precisamos, mas de política monetária, cambial, fiscal e previdenciária. Penso muito em uma política de renda para o Brasil. Não há na agricultura brasileira nenhuma política de renda e eu defendo insistentemente uma política de renda para o pequeno produtor rural.

Em que termos?

— Para todos os agricultores, inclusive com seguro rural. O Brasil é o único país agrícola importante do planeta que não tem seguro rural. Isso é um absurdo. Número um: políticas públicas. Dois: melhor organização privada também. Ainda há muita disputa entre os órgãos de classe, o que leva a um divisionismo e inibe nossa capacidade de avançar politicamente nas reformas principais no que diz respeito a ações do Executivo, mas também em relação ao Legislativo, apesar do enorme esforço de alguns heróicos parlamentares ligados ao campo. É preciso mudar cerca de 70 instrumentos legais no Brasil, desde artigos da Constituição, passando por leis federais, até normas do Banco Central. Mas só podemos conseguir isso se houver uma unidade de representação. Outra coisa que precisa ser tratada é a imagem da agricultura. Só com a organização privada articulada é possível desenhar um projeto de defesa da imagem, como os americanos fizeram, por exemplo, financiando o filme *Dança com lobos*. E como os europeus fizeram com o conceito de multifuncionalidade.

É interessante a tese da multifuncionalidade. O agricultor visto como um sujeito que garante a segurança alimentar, ajuda a preservar o ambiente, impede o inchaço das grandes cidades e até melhora a paisagem do país...

— Isso, defende a biodiversidade, ocupa e integra o território nacional, seqüestra CO_2 da atmosfera... Mas voltando à questão da organização privada, tem dois ou três aspectos que são muito relevantes. Um deles é a mudança de modelo da agricultura brasileira. O modelo de produção de matéria-prima como fator de geração de renda está esgotado. É preciso agregar valor. Você não vai vender mais milho ou cana, você tem que vender sacarose, tem que vender porco com milho embutido. O conceito de agregação de valor implica organização, cooperativismo, associativismo, integração. E isso envolve a formação de profissionais. Os antigos gerentes agrícolas foram criados na cultura da inflação alta. Se você comprasse um adubo 10% mais caro do que o mercado estava cobrando, naquela época de inflação de 40% ao mês, não tinha problema, o importante era o dinheiro aplicado rendendo juros. A eficiência comercial, a gerência comercial, não era relevante. Era o gerente do banco que resolvia seu problema.

O modelo de produção de matéria-prima como fator de produção de renda está esgotado. É preciso agregar valor. Você não vai vender mais milho ou cana, você tem que vender sacarose, tem que vender porco com milho embutido.

Não dava para saber o preço das coisas, quanto custava, nem quanto valia...

— Você só pensava se o resultado do *overnight* pagaria sua folha de pagamento. Agora é diferente. E a universidade nem sempre está preparando o tipo de profissional de que precisamos. Veja o marketing. Ninguém sabe marketing. Hoje é preciso informação, muita informação. Trabalhada, digerida e confiável.

Além de políticas públicas e organização privada, do que mais a agricultura brasileira precisa?

— Boa negociação internacional, e aí talvez esteja hoje a grande diferença em relação ao projeto do passado, de 1984. O Brasil está mais consciente. Não sei se mais agressivo, mas está mais consciente. Todo mundo sabe que não adianta nada você produzir barato se tiver cota, tarifa ou barreiras não-tarifárias para o seu produto lá fora. Você tem que ser eficiente aqui dentro, mas tem que ter regras comerciais que permitam o acesso a mercados.

O senhor acha possível a gente mudar esse quadro? Derrubar as barreiras?

— Não a curto prazo. A tragédia de 11 de setembro mudou o planeta. Tudo bem, todo mundo está repetindo isso. Mas qual é a mudança? É na direção de que é preciso reduzir as diferenças socioeconômicas do mundo. É a única forma de salvar a democracia. Não há alternativa. As pessoas excluídas, desesperançadas, perdem o horizonte, ficam sem pers-

pectivas e se revoltam. E agem de três formas. Primeiro, votam na oposição – o Bush é oposição, o Fox, do México, é oposição, o Chávez, da Venezuela, é oposição. Na América inteira a oposição ganhou. E também na Europa, com Berlusconi, Schoereder, Jospin, Blair. O problema não é a incompetência dos governos. É a impotência dos governos. As pessoas vão, assim, perdendo a confiança na democracia. A democracia e a paz estão em xeque. Isso abre espaço para a violência e o terrorismo. Como podemos defender a democracia? Permitindo aos países mais pobres e em desenvolvimento o crescimento econômico com geração de emprego, renda e riqueza para diminuir a distância dos países ricos. É preciso reduzir o *gap* entre ricos e pobres. E o que os ricos podem oferecer aos pobres nessa direção, que não seja dinheiro? Acesso ao mercado. Em que setor? Na agricultura, porque é na agricultura que os países em desenvolvimento têm um mínimo de competitividade. Nós não vamos vender automóveis de luxo para os americanos, mas arroz, sim. Vai se beneficiar dessa abertura quem estiver preparado. E aí é que eu questiono a nossa capacidade de aproveitar este momento, porque não fizemos a lição de casa ainda, não resolvemos nem o custo Brasil ainda. Não estamos com a organização privada articulada, e a negociação não pode ser diplomática demais. É preciso ter vigor na negociação, e o que está em jogo agora não é a diplomacia. É emprego, renda, produção, riqueza para o país. A negociação tem que ser muito mais dura, e o único cacife que nós temos nesta guerra é nosso mercado interno, grande atrativo para a Alca, UE...

E a Alca, traz oportunidades ou ameaças para o Brasil?

— Se for feita com abertura para os mercados agrícolas, traz muito mais oportunidades do que ameaças. É certo que há ameaças para segmentos da indústria brasileira. Mas acho que o governo brasileiro está agindo com muita prudência quando põe a agricultura como moeda de negociação.

Oportunidades para quais produtos?

— Por exemplo, álcool combustível e açúcar. E suco de laranja também. Somos muito melhores do que os americanos no suco. Carnes, qualquer tipo de carne. Eles só são os maiores exportadores de frango hoje porque têm subsídio para a exportação. Ninguém segura o frango brasileiro. A gente vai ter alguma dificuldade nos grãos, porque eles não vão reduzir o protecionismo por enquanto. Mas já somos mais eficientes na soja do que eles. No milho não, mas na soja sim. No algodão, também estamos chegando perto. Além disso, temos as frutas. Mas eu repito: temos que fazer a lição de casa. Não dispomos de logística. Falta estrutura, sistemas organizados.

> É preciso mudar cerca de 70 instrumentos legais no Brasil, desde artigos da Constituição, passando por leis federais, até normas do Banco Central. Mas só podemos conseguir isso se houver uma unidade de representação.

Quando vai acontecer essa abertura dos mercados? Não é mais discurso do que ação?

— Há um horizonte claro de abertura para os países emergentes. E isso deve ocorrer no prazo de três, quatro anos. Só que, quando vier a abertura, o processo de conquista vai ser muito rápido. Vamos dar um salto nas exportações. E nas importações também. O agribusiness brasileiro vai dar um salto, gerar empregos. Somos o maior negócio do país, 25% do valor da produção brasileira, 40% das exportações. É o maior negócio do país. Também do ponto de vista socioeconômico. Mas não é o melhor negócio politicamente.

Setores do Ministério das Relações Exteriores entendem como equivocada a estratégia de vincular a negociação da Alca à questão agrícola. Entendem que produzir commodities não dá futuro e que o Brasil deveria investir em produtos de alta tecnologia. Como o senhor vê essa opinião?

— Considero um erro de interpretação. Afinal de contas os EUA são os maiores exportadores mundiais de produtos agrícolas e nem por isso deixam de ser a maior potência do planeta. Certamente nossa indústria avançará e oxalá, em curto espaço de tempo, possamos também exportar tecnologia e produtos de alto valor agregado. Mas hoje é no agribusiness que temos vantagens competitivas. É por isso que no ano passado o setor teve um superávit externo de US$19 bilhões, salvando, mais uma vez, o balanço comercial brasileiro.

Há preconceito contra o rural no Brasil?

— Não é preconceito, mas ignorância. A imagem que se tem do agricultor no Brasil é a de um idiota banguela, de barba malfeita, com roupa maltrapilha, botina furada. É a imagem do Jeca Tatu.

O acesso aos mercados é um dos principais temas do Congresso Brasileiro de Agribusiness. Como isso vai ser desenvolvido?

— Estamos fazendo três perguntas: em 2010, qual vai ser a demanda de comida no mundo, quem vai produzir isso e qual o papel do Brasil. É um estudo sério, coordenado pelo Paulo Rabello de Castro, que vai apontar os meios e métodos necessários para se chegar lá, do ponto de vista do Executivo, do Legislativo e do setor privado. É um congresso diferente, que tem por objetivo apresentar um projeto para o país. E esse projeto vai ser oferecido aos candidatos à presidência. Quem se comprometer a apoiá-lo, também terá nosso apoio.

Bruno Blecher *é jornalista.*